



MOVIMENTOS SOCIAIS E NEOLIBERALISMO: MEDIAÇÕES E CONTRADIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Hilário Menezes

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

Eduardo Cardoso

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este artigo tem como finalidade apresentar resultados de pesquisa teórica que aborda a relação entre os movimentos sociais, neoliberalismo e território, na perspectiva de compreender, dialeticamente, as mediações e contradições existentes na construção do território, a partir da ação de coletivos de sujeitos sociais no processo de produção e reprodução de suas existências. Nesse sentido, traz os movimentos sociais como objeto de estudo, localiza historicamente a luta dos movimentos sociais e os impactos das estratégias neoliberais adotadas pelos diferentes governos, no Brasil, em relação a essas organizações, a partir da década de 1980 até os dias atuais e estabelece relações entre o território e o neoliberalismo no contexto da globalização do capital. Os pressupostos metodológicos adotados baseiam-se no método crítico-dialético e, a produção das reflexões se inscreve em uma revisão de literatura sobre a temática. A interpretação realizada privilegia o movimento social classista que busca organizar os trabalhadores precarizados e desempregados na luta pela democratização do acesso à terra e ao trabalho. Conclui-se que as políticas neoliberais, desde a década de 1980, intensificam a ação do capital no território e aprofundam a desigualdade social. As ações dos movimentos sociais do campo e da cidade nos territórios demonstram as contradições decorrentes dessas políticas implantadas e avalizadas pelo Estado.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais. Território. Neoliberalismo.

SOCIAL MOVEMENTS AND NEOLIBERALISM: MEDIATION AND CONTRADICTIONS IN THE CONSTRUCTION OF TERRITORY

Abstract

This article purposes to present theoretical research results that addresses the relationship between social movements, neoliberalism and territory, with a view to understanding, dialectically, mediation and contradictions existing in the construction of the territory, from the action of collectives of social subjects in the process of production and reproduction of their existences. In this sense, it brings the social movements as an object of study, historically locates the struggle of social movements and the impacts of neoliberal strategies adopted by different governments in Brazil in relation to these

organizations, from the 1980s to the present day and establishes relations between territory and neoliberalism in the context of the globalization of capital. The methodological assumptions adopted are based on the critical-dialectic method, and the production of the reflections is inscribed in a literature review on the subject. The interpretation carried out privileges the classist social movement that seeks to organize the precarious and unemployed workers in the struggle for democratization of access to land and work. It is concluded that neoliberal policies, since the 1980s, intensify the action of capital in the territory and deepen social inequality. The actions of the social movements of the countryside and the city in the territories demonstrate the contradictions arising from these policies implemented and endorsed by the State.

Keywords: Social Movements. Territory. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a Geografia e Movimentos Sociais no Brasil surgiu no final da década 1970 e início de 1980, período esse inserido no contexto do processo de renovação da Geografia brasileira. Essa corrente da renovação ficou conhecida como Geografia Crítica ou Radical, com base na teoria marxista e no materialismo histórico-dialético.

Para Silva (1996, p.13), a partir do momento “em que a sociedade humana conquista definitivamente o reino da natureza, como sua destruição, ou como compreensão de sua necessidade para a vida humana, modifica-se a consciência do mundo”. Nesse contexto, o autor faz uma crítica ao método empregado, até então, pela Geografia, que, segundo ele, não consegue mais avançar na análise do objeto de estudo dessa ciência, argumentando que “não se pode continuar a viver com os valores que recebemos do passado, porque eles já não dão resposta aos problemas do presente”. Assim, a Geografia vai defrontar-se, conforme Silva (1996, p. 14), “com a realização de uma perspectiva cultural, em que as escalas de sua efetivação se encontram bastante distanciadas de sua possibilidade de ocorrência.” Ou seja, o modo de produção capitalista modificou as estruturas de circulação, o “capital não é mais aquela totalidade esférica e compacta anterior, mas aparece como uma estrutura, ainda esférica, mas translúcida em sua fragmentação”. Este artigo tem o objetivo de apresentar resultados de pesquisa teórica que aborda a relação entre os movimentos sociais, neoliberalismo e território, na perspectiva de compreender, dialeticamente, as mediações e contradições existentes na construção do território, a partir da ação de coletivos de sujeitos sociais no processo de produção e reprodução de suas existências.

MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETO DE ESTUDO

Na crítica marxista, os movimentos sociais são vistos como sujeitos imersos em “processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural” (GOHN, 1997, p. 171-172). A concepção de movimento social empregada pelos pesquisadores das ciências sociais, porém, apresenta duas categorias básicas do pensamento marxista. Conforme Gohn (1997), primeira

estaria ligada ao jovem Marx e concentraria os “seus estudos na consciência, na alienação e na ideologia”, assim, estaria vinculada a “uma tradição histórica humana”, que teve influência nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e da Escola de Frankfurt, após a Segunda Guerra Mundial. Na outra corrente, estariam os trabalhos do Marx “maduro”, depois de 1850, e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, nos quais conceitos básicos são formulados, tais como: formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação e mais-valia.

Na primeira compreensão, importa, principalmente, a análise da emergência histórica das lutas sociais e dos sujeitos que as constituem, das relações que estabelecem entre si e em relação ao Estado. Caberia ao movimento operário, partido político, sindicato e aos intelectuais orgânicos a missão, na história, de mudar a sociedade marcada pela desigualdade social, para uma sociedade mais igualitária. Na segunda perspectiva, têm relevância principal as lutas de classes, sendo a classe operária/trabalhadora aquela que protagoniza as ações dos sujeitos sociais no mundo capitalista. Por meio dessa análise, o “conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da história” (GOHN, 1997, p.177). Nesse contexto, Marx entende que a “classe operária industrial tem primazia no processo de luta social e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais” (GOHN, 1997, p.177). Esse artigo considera, principalmente, a segunda perspectiva de análise, mas, para isso, entende que é necessário ampliar o conceito de classe social, enquanto categoria teórica nos estudos sobre os movimentos sociais.

De acordo com Sader (1988), a primeira perspectiva de análise dos movimentos sociais leva em conta uma análise dos sujeitos dos movimentos, que lutam em torno de uma bandeira comum, sendo originários de diferentes classes sociais, mas, juntos se manifestam em torno de uma essência. Assim sendo, a formação de movimentos sociais, desta perspectiva, implica em uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental, enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática, enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, os movimentos sociais “fazem cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente”. Esse processo acontece porque os movimentos sociais são constituídos por sujeitos oriundos da desigualdade social, portanto, são sujeitos que compõem a estratificação social. O entendimento de combinações de classes sociais que Sader (1988) apresenta, entretanto, apesar de ser importante no sentido da caracterização de diferentes movimentos sociais, não reflete os sentidos desse trabalho, pois nele está implícita a fragmentação do conceito ontológico de classe trabalhadora, quando subdivide as classes sociais em frações de classe. Classe social, assim, “designa uma condição comum a um conjunto de indivíduos”, categoria que é “alterada pelo modo mesmo como é vivida” (SADER, 1988, p. 48).

No entanto, optou-se, aqui, por compreender classe social como um conjunto de sujeitos sociais que está nas mesmas condições no processo de produção e reprodução de suas existências; sujeitos trabalhadores, portanto. Esta posição dialoga, mais proximamente, com a segunda perspectiva apontada por Gonh (1997), visto que, nela está ressaltado o protagonismo dos trabalhadores no campo de luta em uma sociedade capitalista.

Isto posto, compartilham os mesmos objetivos de luta social os sujeitos sociais que possuem consciência de classe e se reconhecem como trabalhadores. Para Marx (1999), uma classe social só tem consciência de si mesma quando ela sabe que está lutando contra outra classe. Ou seja, para os trabalhadores, a luta de classe se revela contra aquela classe que oprime a classe trabalhadora. Na análise marxista sobre as condições sociais que permitem essa superação, a luta de classe se dá a partir da consciência; da superação da alienação entre os homens. Os sujeitos sociais vão se identificando no processo contraditório do capitalismo, ao mesmo tempo em que sofrem com a alienação idealizada nas formas de produção. Quando isso ocorre, eles buscam, nos movimentos sociais, uma consciência de classe de interesse do coletivo, na qual se manifestam os interesses comuns:

E a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração social cria a possibilidade de formação de uma consciência de classe. Porém, apenas quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvendo, portanto, uma ideologia própria de classe, é que se pode falar da existência de uma práxis política de classe (SCHERER-WARREN, 1989, p. 34).

Porém, a práxis política de classe só vai se materializar e ter êxito contra exploração capitalista se os sujeitos sociais envolvidos conseguirem se organizar e explorar as contradições existentes no capitalismo. Assim sendo, a superação daquilo que divide a classe trabalhadora entre os que possuem e os que não possuem consciência de classe se concretiza. Scherer-Warren (1989) critica, entretanto, o distanciamento entre a teoria e a prática, quando uma e outra se distanciam. De acordo com a autora:

Segundo Marx, a teoria como tal é inoperante, tendo sua razão de ser enquanto teoria crítica e quando sua eficácia se comprova na prática. A passagem de uma teoria crítica a uma práxis revolucionária pode se dar através do movimento de libertação da classe social oprimida – no caso, o proletariado. Porém, “nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social por si só garante sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação”. A teoria crítica atua, assim, como um elemento de formação desta consciência (SCHERER-WARREN, 1989, p. 25).

O termo práxis, na obra de Marx, constitui-se como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. De acordo com Gohn (1997), a práxis expressa uma ação:

[...] transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo do trabalho. A práxis política surge como articulador entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas condições de desenvolvimento do processo social (GOHN, 1997, p. 176).

Os movimentos sociais carregam, na sua bandeira, a luta social materializada na práxis. Para os movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, a práxis vai se constituir no território e na construção de uma identidade coletiva de sujeitos sociais que saem da sua condição de submissão e alienação para se constituírem enquanto sujeitos sociais críticos, no coletivo. Ao formular a ideia de práxis revolucionária, Marx fez a crítica ao socialismo utópico e propôs o socialismo científico, como expressão do movimento proletário concreto, libertado de toda a opressão sofrida pela classe trabalhadora.

MOVIMENTOS SOCIAIS E O NEOLIBERALISMO

O contexto de ação e formação dos movimentos sociais, a partir da década de 1980, perpassa pelo projeto neoliberal idealizado, pela “classe capitalista corporativa” e no processo de reorganização do capital e das hostes capitalistas. Para Harvey (2016), este projeto foi uma resposta da classe capitalista que se sentia “intensamente ameaçada política e economicamente no fim dos anos 1960 e durante os anos 1970.” Conforme Alves (2018, p. 35), a partir da metade da década de 1970 e durante a década 1980, “as corporações capitalistas, sob o comando do capital financeiro, promoveram um profundo processo de reestruturação do capital”, com vistas a “retomar o aumento da taxa de lucratividade”. A reestruturação do capital, ocorrida nesse período histórico, e a emergência do capitalismo global promoveram profundas reestruturações no modo de produção capitalista, tais quais destaca o autor:

- *reestruturação produtiva* (de base tecnológica-organizacional, incluído a nova divisão organização do trabalho e o modelo de organização da grande empresa); de base salarial-contratual (“flexibilização” da legislação trabalhista); e de base sociometabólica (espírito do Toyotismo e valores-fetiches do capital);
- *reestruturação política e geopolítica* (políticas neoliberais, fortalecimento das tecnocracias globais tais como FMI e Banco Mundial, novas estratégias geopolíticas do bloco hegemônico do capital (EUA, Japão e Europa Ocidental)) (ALVES, 2018, p. 35).

Desde o início dos anos 1970, diferentes movimentos sociais dos países centrais pressionaram por reformas que estavam em desacordo com os interesses dos capitalistas e de grandes grupos empresariais. As lutas protagonizadas pelos movimentos despertavam à consciência parcelas importantes da classe trabalhadora, desenhando-se como “uma ameaça global ao poder da classe capitalista corporativa” (ALVES, 2018). Os anos de 1970 foram marcados pelo aprofundamento da luta de classes-sindical e política, nos países do capitalismo central (representados pelos Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental), pelo avanço das políticas sociais, rechaçado pela classe capitalista corporativa. Os conflitos gerados no período levaram à ruína a socialdemocracia nos países centrais e ao avanço da “nova direita”, marcado pela ascensão de Thatcher (em 1979), no Reino Unido, e de Reagan (1980), nos EUA (ALVES, 2018).

As mudanças ocorridas na esfera produtiva, com a reação do mundo capitalista em relação à luta dos trabalhadores, conforme Harvey (2016), barraram o avanço de movimentos revolucionários em Moçambique, Angola, China etc.; a possibilidade crescente de influências comunistas em países como Itália e França; e o avanço de forças progressistas na Espanha e nos Estados Unidos, cujos “sindicatos produziram um congresso Democrata que era radical nas suas intenções” Harvey (HARVEY, 2016). Assim, o neoliberalismo impôs perdas à classe trabalhadora, sustentadas pela ação política “gerada pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo”, em países de todo o mundo capitalista.

No plano econômico, em países do capitalismo periférico (demais países capitalistas que não vivenciaram uma trajetória de avanços na proteção social e trabalhista), o projeto neoliberal passou por duas etapas diferenciadas: a partir dos anos de 1980, prevaleceram as “reformas de primeira geração” com prioridade de ajuste anti-inflacionário e, no decênio seguinte, predominou a “Consenso de Washington”, que estabeleceu critérios impositivos aos países de economia periférica para adesão à agenda neoliberal e ingresso no mundo globalizado, a saber: disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos, a fim de que as empresas pagassem menos tributos; privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais, quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores; abertura comercial e econômica dos países e diminuição do protecionismo, proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro e desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

Com essas duas etapas, houve a deterioração da renda da população, provocando, assim, uma rápida desintegração da chamada velha indústria, em prol da substituição de importações. Com isso, também aumentou a vulnerabilidade da economia frente à descontrolada saída de capitais externos (KATZ, 2016, p 82-84). No caso do Brasil e dos outros países da América Latina, as decisões políticas foram todas tomadas com base na receita do Consenso de

Washington, no discurso de “desenvolvimento” e com os Estados-nacionais submetidos às decisões dos países centrais, detentores do poder político e do capital. O sistema do capital, desde e sua origem e, mais ainda, com as regras definidas após os anos 80, conforme Mészáros (2007, p. 61), “moveu-se inexoravelmente em direção à globalização.” Para isto, “procurou demolir todos os obstáculos que se encontravam no caminho de seu pleno desdobramento; e cumpre que continue a fazê-lo enquanto o sistema sobreviver” (MÉSZÁROS, 2007, p. 61).

No contexto da mundialização do capital, os capitalistas descentralizam parte do capital dos países centrais e levam para os países periféricos, onde a mão-de-obra é mais barata. Porém, para a descentralização do capital funcionar, criou-se uma série de projetos, permitindo dessa maneira a viabilização da política neoliberal. Esses projetos tinham como meta “reduzir tarifas e fortalecer o capital financeiro, pois o capital financeiro é a forma mais móvel do capital”. Assim, a classe capitalista, de uma só vez, consegue, por meio do capital financeiro, expandir-se territorialmente e conter o avanço das lutas sindicais (HARVEY, 2016). A descentralização da produção ou a fragmentação sistêmica é “capaz não apenas de propiciar a otimização de custos através de uma reconstituição da hierarquia capitalista, mas, de promover, através da fragmentação da classe, um novo patamar de controle da produção pelo capital”. Com a “dissolução dos coletivos operários atesta a descentralização como uma ofensiva do capital na produção. O enxugamento do centro e a dispersão da periferia incorpora a lógica secular do divide et impera” (ALVES, 2001, p. 204-205).

Assim, o projeto capitalista privatizou e desregulou a economia e gerou o desemprego. Além de gerar desemprego nos países periféricos e transferir empregos para fora do país, um terceiro componente ocorreu, qual seja a mudança tecnológica e a desindustrialização, produzida pela automação e robotização industrial. Ou seja, os capitalistas acreditavam que a robotização era a solução para “esmagar a classe trabalhadora.” Porém, o rebatimento desse projeto nos países periféricos aprofundou as desigualdades sociais e aumentou a dívida externa. Para Antunes (2001), o projeto do neoliberalismo e a:

- Reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotada de forte caráter destrutivo, tem acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2001, p 35).

As lutas dos movimentos sociais, em tempo de reestruturação do capital, expõem, portanto, as contradições do capitalismo, escondidas naquilo que Santos (2000, p. 17) denominou como “o mundo como fábula”:

Confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos (M. Santos, *A natureza do espaço*, 1996) para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. (SANTOS, 2000, p. 17).

O avanço das tecnologias informacionais voltadas para a produção industrial e às atividades de gestão e finanças beneficiaram o projeto neoliberal e os grandes grupos “puderam reorganizar as modalidades de sua internacionalização e, também, modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial” (CHESNAIS, 1996, p. 34). Com o uso da tecnologia nas relações entre capital e trabalho, houve um “grande aumento de produção no setor de manufaturas e nas atividades de serviços concentrados na indústria, bem como uma espetacular recuperação de rentabilidade do capital investido nesses setores” (CHESNAIS, 1996, p. 34). A implementação da tecnologia pelos grupos industriais econômicos contribuiu, a um só tempo, com o avanço do modelo neoliberal e da programação por microcomputadores. Desta forma, os grupos industriais, ao reorganizarem a forma como se daria a sua inserção no mundo globalizado, modificaram, profundamente, as relações capital/trabalho. As desregulamentações e a flexibilização dos contratos de trabalho e a automatização, baseada nos microprocessadores, promoveram a oportunidade para a destruição das “formas anteriores de relações contratuais” e dos “meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho” (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Alves (2009) observa que, na medida em que se rompem resistências sociais e políticas de trabalho organizado, ampliam-se as bases objetivas (e subjetivas) da precarização do trabalho. A partir de 1990, o Brasil incorpora-se na dinâmica desse processo estrutural de precarização do trabalho, inserindo-se na “nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial”. Para o autor, acontecimentos históricos, como: a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim

da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, “tornaram-se ícones midiáticos para a proclamação da vitória gloriosa da globalização capitalista” (ALVES, 2009, p. 190).

Nesse cenário, a hegemonia neoliberal na América Latina, com o Brasil sendo elemento-chave do “Consenso de Washington”, segue seu processo de consolidação. Com a derrota da Frente Brasil Popular, nas eleições diretas, no Brasil, em 1989, e a ascensão de Collor/Itamar à presidência do país, em 1990, o receituário neoliberal vence politicamente e promove, socialmente, a desagregação social da classe trabalhadora, fazendo emergir “uma alteração qualitativamente nova do cenário da luta de classes no país”. Conforme Gennari (2002), neste contexto de mudanças econômica, políticas e ideológicas:

Acendeu ao poder o Presidente Fernando Collor de Mello numa coligação política que derrotou as esquerdas organizadas nas urnas, após trinta anos de ausência de eleições diretas para o mais importante cargo da República presidencialista (o povo brasileiro não recorria às urnas desde a fatídica dobradinha Jânio/Jango de 1960). Parecia a realização das propostas defendidas pelos militares e principalmente Castello Branco, qual seja: a institucionalização política do “ideário de 1964”, na medida em que, após três décadas, os setores organizados de direita lograram eleger um candidato comprometido com o *status quo* (GENNARI, 2002, p. 34).

O governo de Fernando Collor de Melo fez emergir um cenário social e político bastante adverso à classe trabalhadora, em função da política autocrática implementada, que visou destruir o sindicalismo e as organizações de classe dos trabalhadores de setores públicos e privados, resistentes ao avanço das políticas neoliberais. Apesar da resistência dos trabalhadores, a reforma neoliberal realizada pelo governo Collor de Melo (1990/1992) promoveu “alterações na dinâmica da economia brasileira e, por conseguinte, na forma de ser do mercado de trabalho”. O modelo neoliberal implementado no Brasil levou o país a se inserir “de forma subalterna no processo de mundialização do capital” (ALVES, 2009, p. 192).

A implementação das políticas neoliberais de abertura da economia do Brasil para o capital externo prosseguiu nos governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), este último governou a partir de alianças com os setores da direita da política brasileira. Com a aliança PSDB/PFL, o processo de liberação e privatização, como aponta Gennari (2002):

Foi intensificado, a política econômica em relação ao setor externo passou a ser um elemento central de toda a política do governo, na medida em que, a política de estabilização, reconhecida pelo Governo como aspecto mais importante no curto prazo, e na medida em que tem na âncora cambial seu

aspecto decisivo, além da âncora salarial (via desindexação) tornou deliberadamente a política econômica externa e toda a política governamental refém dos ingressos do capital financeiro internacional (GENNARI, 2002, p. 38).

As reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor, em um cenário macroeconômico marcado pela recessão ou baixo crescimento da economia, juros elevados, abertura comercial, intensificação da concorrência intercapitalista e deterioração dos contratos salariais, em função da expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, contribuíram para a degradação do mercado de trabalho, provocando altos índices de desemprego nas regiões metropolitanas.

O alinhamento do Brasil ao projeto neoliberal, com a implementação das recomendações e diretrizes do “Consenso de Washington”, foi responsável por promover uma ampla política de privatizações de empresas nacionais, como já mencionado. No período, foram transferidas ao capital privado importantes empresas estatais, como: a Usiminas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale do Rio Doce e a Embraer, além do setor de telecomunicações, privatizado em 1998. A Telebrás foi dividida em companhias menores e o sistema foi fracionado por regiões; a oferta das empresas se constituiu na maior privatização ocorrida, até então, no país. As privatizações das empresas públicas, no Brasil, entretanto, ocorreram em meio a intensos protestos populares contrários à dilapidação do patrimônio do Estado brasileiro. Como denunciavam as organizações dos trabalhadores à época (partidos, movimentos sociais e centrais sindicais), a política neoliberal adotada, cuja lógica baseava-se na crença do “Estado mínimo”, contribuiu para a precarização do trabalho, com a degradação e desregulamentação salarial. Além disso, a abertura da economia, no Brasil e na América Latina, para a implementação do projeto de modernização capitalista neoliberal, com a venda do capital estatal, destruiu:

O pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vive a brutalização mais aguda da história republicana. (ANTUNES, 2005, p.12).

Entretanto, conforme Corsi (2003, p. 17), o “fracasso das políticas neoliberais, inspiradas no chamado “Consenso de Washington”, revelado pelo crescimento da pobreza, resultante do desemprego e do agravamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, levou a economia brasileira a um processo de estagnação e vulnerabilidade.

Se nos anos de 1990 os movimentos sociais mantiveram relações conflituosas com os diferentes governos, durante os governos Lula (2003/2011) e Dilma (2011/2016), houve uma maior aproximação entre os movimentos sociais e o

Estado brasileiro, estreitamente este denominado por Santos (2018) como “pacto de classes lulista.” Santos (2018, p. 106) entende que esse pacto apontou para “uma perspectiva de abertura das instituições democráticas à participação popular em ações político-propositivas” (SANTOS, 2018, p. 106), ainda que na égide da doutrina neoliberal.

A partir das conhecidas “Jornadas de Junho de 2013”, movimentos sociais amorfos e de difícil identificação (muitos de matiz conservadora) tomaram conta das ruas das principais cidades do país, enfraquecendo as bases sociais do governo Dilma, processo aprofundado com o início da Operação Lava Jato em março de 2014. Mesmo reeleito para o segundo mandato (2015/2018), o governo Dilma enfrentou uma grave crise político-institucional, especialmente pela cessão que fez a políticas econômicas neoliberal e afastamento dos movimentos sociais da sua base, sendo interrompido em 2016, quando Michel Temer, seu vice, assume o poder. O afastamento de Dilma Rousseff da presidência do Brasil leva ao descenso o modelo até então adotado de contemporização entre o modelo neoliberal e as demandas sociais e rompe o pacto de classes antes estabelecido. De acordo com Santos (2018):

O golpe parlamentar de 2016, resultado de um processo de redefinição no bloco de poder no Estado brasileiro, desintegrou o pacto de classes lulista, esvaziando os vínculos institucionais com os movimentos sociais, impondo uma agenda política antipopular, não aprovada nas urnas, e voltada para os interesses dos setores neoliberais hegemônicos pelo capital financeiro. O corte de recursos direcionados às políticas públicas de caráter social, o avanço nas tentativas de aprovação de reformas neoliberais (trabalhista e da previdência), o esvaziamento ou fechamento de ministérios e secretarias que abrigavam segmentos dos movimentos sociais (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Inclusão Social, etc.) são alguns dos indícios de que estamos diante de uma ofensiva política avessa à participação popular na definição dos rumos do fundo público. (SANTOS, 2018, p. 115). Neste contexto,

[...] o fosso aberto entre Estado e sociedade civil, alargando os limites da crise de representatividade no Brasil contemporâneo, impõe aos movimentos sociais a difícil, mas necessária, tarefa de reconstruir os horizontes sociais de transformação política, desenhando novos referenciais de luta e recorrendo a ensinamentos recentes, fruto da contraditória imbricação na esfera institucional. Em meio às referências a serem buscadas para a construção dos novos horizontes, mostra-se necessário, mais do que nunca, retomar e fortalecer a (antiga e urgente) utopia movimentalista de outro mundo possível (SANTOS, 2018, p. 115).

Na campanha para a eleição presidencial de 2018, a polarização entre forças progressistas e conservadoras no país, iniciada pós-impeachment de Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula, em decorrência do fortalecimento do pacto entre as elites e a força-tarefa da Lava-jato de Curitiba, permitiu que a candidatura Bolsonaro (PSL) se fortalecesse, por meio de um discurso e um posicionamento político e ideológico declaradamente adversos à organização dos movimentos sociais e a forças políticas de esquerda. No decorrer da sua campanha, o referido candidato afirmou “[...], que iria mandar prender seus opositores, criminalizar os movimentos sociais e considerar terrorismo quem fosse às ruas protestar contra o seu governo, caso fosse eleito.” (SOUSA, 2018). Este discurso causou grande preocupação aos movimentos sociais. No conjunto dos movimentos alvo das críticas do candidato, estava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais de identidade congênere, sindicalistas e movimentos organizados de mulheres e juventudes, os quais, segundo ele e seus partidários, seriam considerados terroristas, “marginais vermelhos”.

Eleito presidente para o mandato 2019/2022, Jair Bolsonaro (agora sem partido), durante o primeiro ano da sua gestão, por meio de diferentes atos e declarações confirmou, não somente a criminalização e o afastamento do governo das ações desenvolvidas junto às populações socialmente organizadas em torno de coletivos sociais, movimentos ou agremiações de matriz de esquerda, mas que apontou, também, “para a limitação e mesmo recrudescimento das ações dos movimentos sociais. As medidas tomadas no primeiro ano de governo sinalizam para esta realidade” (QUEIROZ, 2019, p. 144). Aliado ao capital financeiro internacional e ao americanismo de Donald Trump, o governo Bolsonaro trabalha para a restrição dos direitos dos trabalhadores e pela liberdade econômica extremada, ameaçando e desconstruindo a estabilidade do Estado brasileiro e dos direitos trabalhistas e sociais até aqui conquistados.

Com lastro nos ideais do Consenso de Washington, o projeto neoliberal, defendido pelo governo Bolsonaro, é o mesmo que dos “últimos trinta anos, está fundado no utopismo liberal”, em que todos são iguais perante o mercado (HARVEY, 2008). Entretanto, adverte o autor (HARVEY, 2008), “não há nada mais desigual do que tratar desiguais como iguais”, evidenciando, dessa maneira, que a “ideologia da liberdade de troca e da liberdade de contratos nos ludibria a todos.” Ao reduzir a importância do Estado a um Estado mínimo, o capital desestruturou as suas empresas e o arranjo produtivo territorial. Todo esse processo levou a desigualdade a ser uma “desigualdade estrutural”, que “logo se tornou disparidade de renda entre diferentes classes, estratos sociais e regiões, levando rapidamente à polarização social” (HARVEY, 2008).

A “desigualdade estrutural”, apontada por Harvey (2008), leva à precarização do trabalho, na visão de Alves (2009, p.189), e “decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe”, ou seja, insegurança de emprego, de representação de contrato que “emerge numa textura histórica específica, a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal.” O Estado neoliberal constitui-se, assim, como base objetiva da intensificação, da espoliação e da exploração da força de trabalho e o “desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-

corporativa; além é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego” (ALVES, 2009, p.189).

O projeto capitalista neoliberal transforma todas as formas de relações entre homens e natureza em mercadoria. Demonstra que não se encontram em discussão, para o sucesso das empreitadas capitalistas, ações voltadas à satisfação das necessidades humanas e sociais, senão de valorização do valor e da reprodução do capital. O capital tão somente voltado para a sua própria expansão “com o fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução” (MÉSZÁROS, 2007, p. 58). No governo Bolsonaro, a negação dos movimentos sociais e das ações de ativistas em diferentes campos do desenvolvimento social brasileiro e o alinhamento do capital a uma perspectiva ideológica de extrema direita, avessa às demandas das populações e dos trabalhadores, indicam um cenário de repressão e negação de direitos que deve ser combatido pelos movimentos sociais classistas na defesa dos princípios que os ordenam.

O TERRITÓRIO E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL

O desenvolvimento do projeto neoliberal capitalista intensifica os problemas sociais no território, desterritorializando populações, em virtude dos limites impostos à reprodução de suas existências. Para Haesbaert, num sentido mais amplo, a:

Desterritorialização é vista praticamente como sinônimo de globalização econômica ou, pelo menos, como um de seus vetores ou características fundamentais, na medida em que ocorre a formação de um mercado mundial com fluxos comerciais, financeiros e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais bem definidas, como as dos Estados nações (HAESBAERT, 2004, p. 26).

Sobre uma interpretação mais restrita, Haesbaert (2004) acredita que a desterritorialização significa um dos períodos do processo capitalista de acumulação flexível, “responsável pelo enfraquecimento das bases territoriais ou, mais amplamente, espaciais”. A desterritorialização está presente nas formas com que o modo de produção capitalista “desterritorializa” as formas de produção preexistentes para reterritorializá-las, segundo sua própria dinâmica (HAESBAERT, 2004). O neoliberalismo, enquanto um projeto econômico, segundo Harvey (2008, p. 2), envolveu muita “destruição criativa”,

- [...] não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado). Mas também das

divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY, 2008, s/p.)

O capitalismo tem como propósito ampliar-se territorialmente, por meio de estratégias que lhe garante a sua reprodução. O desenvolvimento capitalista, entretanto, não está regulado por simples movimento de capitais (KATZ, 2016, p. 95) excedentes para os países empobrecidos. É ilusão pensar que as empresas transferem espontaneamente recursos da Suíça para o Brasil, ou da Alemanha para Uruguai em um cenário de capitais que sobram em país e faltam no outro. O sistema capitalista se reproduz, conforme Katz (2016), seguindo outros padrões de rentabilidade, determinados por múltiplos fatores. A localização do capital está definida pelos custos, pelos mercados e pelas expectativas no comportamento das moedas, das tarifas e dos salários. Diante disto, lembra o autor, a “fantasia globalista supõe que essa complexa estrutura histórica do capitalismo foi abruptamente dissolvida pela garantia de ideários neoclássico”. Nesse sentido, Harvey (2008, p. 2) apresenta uma crítica à concepção de neoliberalismo e ao Estado que tudo permite:

É em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, s/p)

Ou seja, a função do Estado no neoliberalismo é criar as condições para a reprodução ampliada do capital e conservar uma:

Estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. (HARVEY, 2008, s/p).

Por tanto, o neoliberalismo, além de desapossar economicamente toda uma estrutura de mercado, promove uma institucionalização mercantil em bens sociais

da população como a terra e a água, ao privar as populações que vivem nos territórios de fazer uso desses bens, promovendo a desterritorialização principalmente das populações rurais, indígenas e quilombolas. Santos (2006, p. 208-209) compreende que, quando os planos de ajustes econômicos correspondem a uma demanda de racionalidade da classe capitalista e o “imperativo da competitividade leva à aceleração da modernização” dos espaços, o “uso dos recursos sociais, a começar pelos bens coletivos, torna-se irracional.” Nesse sentido, o processo de globalização do capital se apropria de bens e do espaço de forma irracional, transformando-o em um território marcado pelo antagonismo de classes. O discurso idealizado pela globalização faz entender que esse processo é uma reificação:

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2000, p 18).

A globalização enquanto perversidade gera o aprofundamento da desigualdade social, principalmente nos países periféricos. Segundo Ortiz (1994), esse processo de “globalização provoca um desenraizamento dos segmentos econômicos e culturais das sociedades nacionais, integrando-os a uma totalidade que os distancia dos grupos mais pobres, marginais ao mercado de trabalho e de consumo” (ORTIZ, 1994, p. 179). Para Santos (2000), o discurso que constitui sobre a relação entre capital e Estado faz

[...] crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. (SANTOS, 2000, p. 34).

Convém ressaltar a metáfora da fábrica global para descrever de processo globalização, de acordo Ianni:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos. (IANNI, 2002, p.19).

A globalização, para o autor, é decorrente do avanço do capitalismo “não só como de produção, mas também como um processo civilizatório de uma complexa e contraditória sociedade global” (IANNI, 1996, p. 11). Assim, a globalização, ao se materializar, desterritorializa culturas e altera o modo de vida das populações. Nesse contexto, a “máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” capitalista. Nesse sentido, se destaca a ideia de aldeia global, para Santos (2000), onde:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2000, p.18-19).

Para se compreender a atual fase de competição global, de acordo com Vasapollo (2005, p. 17), é “necessário vinculá-las à análise da organização do ciclo produtivo, às características do tecido produtivo e social, ao papel do Estado, às relações entre as regiões internacionais e suas estruturas econômicas, aos interesses de domínio” da expansão global que permeiam o conflito entre empresas como “polos geoeconômicos.” Esses problemas estão todos interligados “frequentemente dependentes, desde a passagem do fordismo para o pós-fordismo.” Vasapollo (2005, p. 17-18) entende que se encontra aí o período de transição da produção, do “consumo maciço de sistemas de produção ao da

distribuição flexível.” Conforme o autor Vasapollo (2005, p. 20), o atual processo de mundialização capitalista apresenta-se na forma de domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia, em conflito direto com qualquer forma de melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Katz (2016, p. 96-97), ao analisar o processo da mundialização do capital, acrescenta que a “liquidez global flui com mais rapidez e intensidade do que no passado, mas o faz a partir da mão de empresas transnacionais que realocam a sua produção em certas regiões já ligadas ao capital global.” O neoliberalismo promove a competitividade e a mercantilização da ação humana, pelo consumismo e incentivando o empreendedorismo competitivo. Para superar essa realidade, Katz (2016, p. 81) aponta que “a reversão desta etapa exigirá grandes vitórias populares impostas de baixo para cima”, por meio do protagonismo dos movimentos sociais, organizados e unidos da cidade e campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do neoliberalismo, os impactos da reestruturação capitalista se revelaram como mais avassaladores sobre a classe trabalhadora, intensificaram o desemprego, aprofundaram o desemprego estrutural e a crescente precarização das condições de trabalho. A análise realizada possibilitou um exercício teórico sobre a relação entre os movimentos sociais, neoliberalismo e território, indicando que a construção do território é resultante da ação de sujeitos sociais e do contexto socioeconômico em que estes sujeitos vivem e produzem as suas existências. Nesse sentido, a mundialização do capital e a acumulação flexível, na fase do neoliberalismo, constituíram um processo de formação dos territórios que resulta diretamente da ação dos movimentos sociais organizados em luta por terra e trabalho.

O alinhamento do Brasil ao projeto neoliberal, que segue o receituário, as recomendações e diretrizes do “Consenso de Washington”, levou o país a se inserir no processo de mundialização do capital de forma a sujeitar-se às normas estabelecidas por organismos internacionais, sem levar em consideração a especificidade da economia e da sociedade brasileira. A partir desse contexto, movimentos organizados por trabalhadores do campo e da cidade passam a intensificar e unificar as lutas sociais e estas passam a ser uma luta de trabalhadores precarizados e desempregados da cidade e do campo.

As contradições geradas no território resultantes das políticas neoliberais no contexto da globalização do capital, apontam para a desterritorialização de populações do campo e da cidade que sofrem com o desemprego e a privação de direitos básicos, em virtude da apropriação do território pelo capital. A medida em que as políticas neoliberais intensificam a ação do capital no território, também aprofundam a desigualdade social. Nesse contexto, as lutas dos movimentos sociais, no Brasil, demonstram as contradições das políticas neoliberais implantadas e avalizadas pelo Estado e resultam na maneira como os sujeitos sociais constroem o território.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização**. Londrina: Editora Práxis, 2001.
- ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. 3. ed. Londrina: Práxis, 2009.
- ALVES, Giovanni. **O Duplo Negativo do Capital**: Ensaio sobre a Crise do Capitalismo Global. Bauru: Canal 6, 2018. (Projeto Editorial Práxis)
- ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORSI, Francisco Luiz. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. *In*: BATISTA, Ronaldo Leme; ARAÚJO, Renan. (Orgs.). **Desafios do trabalho**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 17-54.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029, v. 13, n. 1 (21), 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.
- HAESBAERT, Rogerio. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 23, 2004, p.35-51.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo é um projeto político**. Entrevista com David Harvey conduzida por Bjarke Skærlund Risager. 29 de julho, 2016.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.
- KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- QUEIROZ, Eliani Fátima Covem. Movimentos sociais no Brasil: enfrentamentos no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. **Movimentos Sociais**, v. 4, n. 06, p. 114-153, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Arioaldo. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Pegada**, Presidente Prudente, SP.v. 7, n. 1, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Thiago Araujo. Lulismo e Movimentos Sociais: Uma Reflexão a partir da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), 2003-2017. **Pegada**, v. 19, n. 3, p. 102-116, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1989.

SILVA, Armando Correia da. Contribuições à crítica da crise da geografia. In: SANTOS, Milton (coord.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.13-24.

SOUSA, Heloisa de. Movimentos organizados dizem não à violência pregada por Jair Bolsonaro. **Brasil de Fato**. 27 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/27/>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.